

ESPERANÇA IRRACIONAL

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O Estado de S. Paulo, 19/3/93

Se o resultado do plebiscito de 21 de abril confirmar a vitória do presidencialismo sobre o parlamentarismo, esta tragédia institucional para o Brasil não terá sido o resultado do voto desinformado do "povão", mas do salvacionismo autoritário que viceja entre uma parte ponderável de nossas elites econômicas e intelectuais. Existe entre elas uma desconfiança visceral em relação ao parlamento e uma esperança irracional que o próximo presidente eleito seja melhor do que a média desse mesmo parlamento. Dessa forma tais elites ignoram a experiência histórica e desprezam a lógica mais elementar. Na verdade a possibilidade de o presidente eleito ser pior do que a média do parlamento é enorme, ao mesmo tempo que a probabilidade de um presidente inferior a essa média permanecer na chefia do governo por cinco anos é de 100 por cento. Ignoram, por outro lado, que a perspectiva de o parlamento escolher um primeiro ministro melhor do que ele próprio é considerável, enquanto que a probabilidade de manter por um longo período um primeiro-ministro que é pior do que o próprio parlamento é muito pequena.

As desconfianças dessas elites em relação ao parlamento são compreensíveis. A representatividade da atual Câmara dos Deputados é institucionalmente distorcida. Por outro lado, a competência e o espírito público da maioria dos nossos parlamentares é no mínimo discutível. Hoje existe um consenso de que, com todos os seus defeitos, o atual parlamento

representa de forma extraordinariamente correta a sociedade brasileira, com seus desequilíbrios, com suas limitações, com suas fraquezas.

Mas, ao escolhermos uma forma de governo, o que esperamos? Essencialmente esperamos que o regime político produza um governo democrático e com poder para efetivamente governar. Ora, o parlamentarismo garante tanto uma coisa quanto outra muito melhor do que o presidencialismo. No plano da democracia, Alfred Stepan e Cindy Skach - cientistas políticos norte-americanos que vêm realizando um extenso e esclarecedor estudo sobre as formas de governo - verificaram que, entre 38 países não pertencentes à OCDE que foram democráticos pelo menos um ano entre 1973 e 1979, apenas 20 por cento, entre os países presidencialistas, foram democracias contínuas entre 1980 e 1989, enquanto que 65 por cento (três vezes mais!) foram democracias contínuas nesse período entre os países que adotam o parlamentarismo (este artigo encontra-se no livro organizado por Lamounier e Nohlen, *Presidencialismo ou Parlamentarismo*, IDESP/Loyola, 1993). Quanto ao poder ou capacidade de governar e à estabilidade dos regimes políticos, Stepan verificou que, entre os 47 países não pertencentes à OCDE que foram democráticos pelo menos por um ano entre 1973 e 1989, 42 por cento dos regimes presidencialistas sofreram golpes de Estado, enquanto apenas 17 por cento dos regimes parlamentaristas sofriram golpes militares. Os dados são impressionantes.

Uma outra forma de ver o problema do poder ou da governabilidade que o regime político proporciona aos governos está em relacionar a governabilidade com a legitimidade. Governabilidade depende da legitimidade. Tem poder um governo legítimo. Legitimidade, por sua vez, não se confunde com legalidade, Consiste no apoio que o governo consegue junto à sociedade civil, ou seja, junto à sociedade estruturada e ponderada segundo os poderes que seus cidadãos, individual ou coletivamente, possuem. Um governo democrático com apoio da sociedade civil é poderoso, conta com a condição necessária para a efetiva governabilidade. Ora, se o parlamento representa muito bem a sociedade civil brasileira, um governo que dele

derive terá legitimidade e portanto poder de governar. A estabilidade do governo não será tão grande, já que se o primeiro-ministro não estiver correspondendo às expectativas, será substituído, mas a estabilidade do regime será muitíssimo maior, como os dados de Stepan comprovam. Estaremos muito menos sujeitos a golpes de Estado.

Não obstante a força da evidência histórica e a lógica mais elementar apontem em direção ao parlamentarismo, a esperança salvacionista continua a dominar uma parte considerável das nossas elites. Pensam elas que, elegendo um presidente da república "certo", suas qualidades serão tão grandes que lhe permitirão resolver nossos problemas, superando a profunda crise em que está imersa a economia brasileira. Entretanto, como a probabilidade real de que isto aconteça é pequena, estas pessoas não têm outra alternativa senão recorrer a suas crenças mais subjetivas e irracionais para poder nela acreditar. Nesse processo, a esquerda presidencialista deposita a sua fé na clarividência das massas, a direita, em uma mistura de sorte e providência divina. E assim ambas as correntes revelam seu autoritarismo salvacionista e contraditório: pretendendo ser republicanas, esperam um monarca esclarecido para governá-las; acreditando-se democráticas, esperam um presidente que, embora eleito pelo povo, seja muito melhor do que esse povo e do que a média do parlamento.

Infelizmente essa crença irracional não tem o menor fundamento. As probabilidades de que esse salvador seja encontrado são pequenas. Do parlamentarismo não se espera um salvador da pátria, mas ele pode até aparecer, se o parlamento tiver a sorte e a competência de bem escolher. O que se espera é um primeiro ministro capaz e bem orientado, e isto é perfeitamente possível. Se na primeira ou na segunda tentativa de escolha do primeiro-ministro esse critério não for satisfeito, é provável que o seja na terceira. De qualquer forma a nação não corre o risco de permanecer bloqueada por um presidente fraco, incompetente, populista e mesmo desonesto por muitos e muitos anos, como costuma acontecer com o presidencialismo. Nem a sociedade ficará na dependência de esperanças irracionais para poder ser bem governada.